

FICHA 13

(CORREÇÃO)

MÓDULO 5

4. A implementação do Liberalismo em Portugal

4.2 A revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834)

4.3 O novo ordenamento político e socioeconómico (1832/34-1851)

Grupo I

1. **A Vilafrancada (Doc. 1) foi:**
 - a) uma insurreição militar, liderada por D. Miguel, que pretendia restaurar o absolutismo em Portugal.
2. **A Carta Constitucional de 1826 (Doc. 2) estabelecia:**
 - b) a soberania da Nação, o sufrágio censitário, o funcionamento bicameral das Cortes Legislativas e a separação dos poderes, cabendo ao rei o poder moderador.
3. **Uma Carta Constitucional é um diploma jurídico:**
 - c) outorgado pelos governantes que estabelece as liberdades, direitos e garantias dos cidadãos e a organização política do Estado.
4. **Identificar a sequência correta dos seguintes acontecimentos.**
 - b) Vilafrancada, Abrilada, Carta Constitucional, Restauração do absolutismo por D. Miguel, Guerra Civil, Convenção de Évora Monte.
5. **Referir, a partir do Doc. 3, dois motivos que fizeram D. Pedro regressar a Portugal em 1832.**
(Escolher dois)
 - Restaurar a legalidade e cumprimento da Carta Constitucional.
 - Restituir o trono português a D. Maria II.
 - Apoiar os liberais na luta contra o domínio absolutista de D. Miguel.
6. **Desenvolver o tema:**
A resistência ao Liberalismo em Portugal (1823-1834)

Introdução: O radicalismo das medidas do vintismo suscitou a reação das forças conservadoras que nem a Carta Constitucional conseguiu apaziguar. Entre 1832 e 1836, Portugal viveu uma guerra civil que opôs as hostes absolutistas, lideradas por D. Miguel, às forças liberais, encabeçadas por D. Pedro.

Integrar três aspetos para cada um dos tópicos de desenvolvimento:

A reação suscitada pelo vintismo
(Escolher três aspetos)

- Explicitação do conceito de *vintismo* (tendência do liberalismo português, instituída na sequência da Revolução de 1820 e consagrada pela Constituição de 1822, caracterizada pelo radicalismo das suas posições ao proclamar a soberania popular, ao limitar as prerrogativas reais e revogar os privilégios da nobreza e do Clero).
- A reação das nações absolutistas que, no âmbito da Santa e da Quádrupla Alianças, aplicaram sanções a Portugal e apoiaram as fações absolutistas.
- A oposição da Nobreza e do Clero, cujos privilégios foram revogados pelos decretos das Cortes Constituintes e pela Constituição de 1822.

- A oposição de D. Miguel (apoiado por D. Carlota Joaquina), que liderou os movimentos contrarrevolucionários da Vilafrancada em 1823 e da Abrilada em 1824 (Doc. 1).

Os diferentes projetos políticos protagonizados por D. Pedro e D. Miguel

(Escolher três aspetos)

- A posição conservadora e absolutista de D. Miguel (as tentativas absolutistas da Vilafrancada e da Abrilada).
- A morte de D. João VI e a questão da sucessão: a abdicação de D. Pedro (imperador do Brasil) a favor da sua filha D. Maria da Glória; o contrato de casamento desta com D. Miguel que assumiria a regência do reino até D. Maria atingir a maioridade, devendo cumprir a Carta Constitucional.
- O liberalismo moderado de D. Pedro, presente na Carta Constitucional (1826) por ele outorgado à Nação portuguesa (Doc. 2): a nova organização política conferia ao rei mais poderes (o poder moderador); o sistema bicameral que conferia às ordens privilegiadas o assento vitalício e hereditário nas Cortes legislativas; a intenção de conciliar as fações liberal e absolutista da sociedade portuguesa.
- A regência de D. Miguel (1828-1832) e o restabelecimento do absolutismo.

A guerra civil que o país atravessou e o seu desfecho

(Escolher três aspetos)

- A política absolutista de D. Miguel e a sua ação repressiva sobre os simpatizantes do liberalismo.
- A organização da resistência liberal na ilha Terceira (Açores), que contou com o apoio de D. Pedro (Doc. 3) que abdica do trono brasileiro.
- A guerra civil entre liberais e absolutistas: o desembarque, no Mindelo, do exército liberal liderado por D. Pedro (Doc. 3); o cerco do Porto; as batalhas de Asseiceira e de Almoester (1834) e a vitória dos liberais.
- A Convenção de Évora Monte (1834): o exílio de D. Miguel e o triunfo do liberalismo.

Grupo II

- 1. Associar os problemas de Portugal enunciados no Doc 1, por Almeida Garrett (coluna A) com a ação reformadora dos governos liberais (coluna B)**
 - a) – 3;
 - b) – 7;
 - c) – 1;
 - d) – 4.
- 2. O decreto sobre o Registo Civil (Doc. 3) instituiu:**
 - a) a inscrição obrigatória dos nascimentos, casamentos e óbitos nos registos do Estado.
- 3. A extinção dos dízimos e dos bens da coroa (Doc. 3) contribuiu:**
 - b) para aumentar a disponibilidade de terras e de trabalho aos camponeses.
- 4. Chamar às leis de Mouzinho da Silveira “o termo onde verdadeiramente acaba o velho Portugal e começa o novo” (Doc.3) significa:**
 - d) que as reformas de Mouzinho da Silveira puseram fim às estruturas económicas e sociais de Antigo Regime e consolidaram o liberalismo em Portugal.
- 5. Referir, a partir do Doc. 4, o contributo de Passos Manuel para melhorar o estado da educação em Portugal.**
 - Identificação de Passos Manuel: Ministro de D. Maria II, responsável pelas pastas de Ministro do Reino, da Fazenda e da Justiça, durante o governo Setembrista (1836-1842).

- Reforma do ensino (objetivos): “ilustração geral e proveitosa”; dotar os cidadãos de “elementos científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida”; produzir o aperfeiçoamento das artes e os progressos da civilização material do País (Doc. 4).
- Obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário.
- Plano Nacional dos Liceus (ensino secundário) “para os que não aspiram aos estudos superiores possuam os elementos científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida no estado atual das sociedades”: reforma curricular pela introdução da área das humanidades e complemento com os estudos científicos e matemáticos (Doc. 4).
- Promoção do ensino técnico e superior: criação de escolas médico-cirúrgicas, das escolas politécnicas no Porto e em Lisboa, do Conservatório das Artes e Ofícios e reforma da Universidade.

Grupo III

1. Entende-se por Cabralismo:

- a) o período do liberalismo português caracterizado pela vigência da Carta Constitucional sob o governo centralizador e autoritário de Costa Cabral.

2. No contexto do Doc. 1, os protestos de Sá da Bandeira devem-se:

- b) ao reforço do poder executivo pelo Governo de Costa Cabral, desrespeitando-se o princípio da separação de poderes estabelecido na Carta Constitucional.

3. Apresentar duas outras situações de oposição ao governo de Costa Cabral.

(Escolher duas)

- Os motins populares contra as medidas de Costa Cabral e o seu governo autoritário.
- A organização de Juntas Revolucionárias que coligavam setembristas, cartistas e até miguelistas na luta contra o governo de Costa Cabral.
- A revolta da Maria da Fonte (1846), movimento popular minhoto contra as medidas de Costa Cabral (Leis da Saúde, Leis das Estradas).
- A guerra civil da Patuleia (1846 e 1847) protagonizada pelas facções anticabralistas.